

# SME\_Resultados 2024



Santa Maria Energética S.A.

Demonstrações Financeiras de 2024

Rua Aurélio Gatti, 22  
Esplanada - Colatina/ES  
CEP: 29702-642  
Tel.: (27) 2101-2323

## SUMÁRIO

<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>	<b>3</b>
BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO .....	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS .....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
<b>NOTAS EXPLICATIVAS .....</b>	<b>8</b>
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	8
2. ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO .....	8
3. BASE DE PREPARAÇÃO.....	9
4. INFORMAÇÕES MATERIAIS DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS .....	10
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	13
6. TRIBUTOS .....	13
7. DIVIDENDOS A RECEBER .....	15
8. INVESTIMENTOS .....	15
9. IMOBILIZADO.....	17
10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS .....	18
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	18
12. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS .....	19
13. DESPESAS OPERACIONAIS.....	19
14. RESULTADO FINANCEIRO.....	19
15. IMPOSTOS.....	20
16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	20
17. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	23
<b>CARTA DE APROVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>26</b>

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Balancos patrimoniais – Ativo

Santa Maria Energética S.A.

Balancos patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	7.999	16.044
Tributos correntes	6	83	173
Dividendos a receber	7	1.384	2.946
Outros ativos circulantes		4	6
<b>Total do circulante</b>		<b>9.470</b>	<b>19.169</b>
<b>Não circulante</b>			
Investimentos	8	45.475	45.786
Imobilizado	9	2.757	2.735
<b>Total do não circulante</b>		<b>48.232</b>	<b>48.521</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>57.702</b>	<b>67.690</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Balanços patrimoniais – Passivo****Santa Maria Energética S.A.****Balanços patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais)**

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		2	1
Obrigações sociais e trabalhistas	10	17	40
Tributos	6	14	18
Dividendos propostos	11.3	1.541	3.125
<b>Total do circulante</b>		<b>1.574</b>	<b>3.184</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	11		
Capital social	11.1	19.653	19.653
Reservas de lucro	11.2	36.475	44.853
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>56.128</b>	<b>64.506</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>57.702</b>	<b>67.690</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos resultados dos exercícios****Santa Maria Energética S.A.****Demonstrações dos resultados dos exercícios****Em 31 de dezembro de 2024 e 2023***(Em milhares de reais)*

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>12</b>	<b>120</b>	<b>-</b>
Despesas operacionais	13	(291)	(426)
<b>Prejuízo operacional</b>		<b>(171)</b>	<b>(426)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>14</b>	<b>1.126</b>	<b>1.588</b>
Receitas financeiras		1.126	1.588
<b>Resultado antes da equivalência patrimonial</b>		<b>955</b>	<b>1.162</b>
Resultado da equivalência patrimonial	8	5.536	11.784
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>6.491</b>	<b>12.946</b>
<b>Impostos</b>	<b>15</b>	<b>(328)</b>	<b>(448)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente		(328)	(448)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>6.163</b>	<b>12.498</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Santa Maria Energética S.A.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
**Em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
*(Em milhares de reais)*

	<b>Reservas de lucro</b>					<b>Total</b>
	<b>Capital social</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva de retenção de lucros</b>	<b>Lucro do exercício a deliberar</b>	<b>Lucros acumulados</b>	
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>19.653</b>	<b>3.931</b>	<b>47.419</b>	-	-	<b>71.003</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	12.498	12.498
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:						
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	9.373	-	(9.373)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(15.870)	-	(3.125)	(18.995)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>19.653</b>	<b>3.931</b>	<b>40.922</b>	-	-	<b>64.506</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.163	6.163
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:						
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	4.622	(4.622)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(13.000)	-	(1.541)	(14.541)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>19.653</b>	<b>3.931</b>	<b>27.922</b>	<b>4.622</b>	-	<b>56.128</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Santa Maria Energética S.A.  
Demonstrações dos fluxos de caixa  
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado antes dos impostos		6.491	12.946
<b>Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa</b>			
Resultado da equivalência patrimonial	8	(5.536)	(11.784)
		<b>955</b>	<b>1.162</b>
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>			
Tributos correntes	6	90	(42)
Outros ativos circulantes		2	(2)
		<b>92</b>	<b>(44)</b>
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>			
Fornecedores		1	(9)
Obrigações sociais e trabalhistas	10	(23)	4
Tributos	6	(4)	(2)
		<b>(26)</b>	<b>(7)</b>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>1.021</b>	<b>1.111</b>
Imposto de renda e contribuição social	15	(328)	(448)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>		<b>693</b>	<b>663</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições ao imobilizado	9	(22)	(69)
Outros investimentos	8	(127)	(6)
<b>Caixa líquido das atividades de investimento</b>		<b>(149)</b>	<b>(75)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Dividendos pagos	11.3	(16.125)	(20.000)
Dividendos recebidos	7	7.536	16.101
<b>Caixa líquido das atividades de financiamento</b>		<b>(8.589)</b>	<b>(3.899)</b>
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(8.045)</b>	<b>(3.311)</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		16.044	19.355
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(8.045)</b>	<b>(3.311)</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		7.999	16.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS

### Santa Maria Energética S.A. Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Contexto operacional

A Santa Maria Energética S.A. (“SME” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Santa Maria Participações S.A. (“SMP”), sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia, que atualmente se encontra em fase pré-operacional, é a geração de energia elétrica.

A Companhia foi inicialmente constituída como subsidiária integral da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (“ELFSM”), que, por meio da Resolução nº 282, de 26 de julho de 2000, detinha autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) para se estabelecer como produtor independente de energia elétrica, mediante o aproveitamento do potencial hidráulico denominado PCH Cachoeirão, localizado no Rio Manhuaçu, Municípios de Pocrane e Alvarenga, Estado de Minas Gerais. Posteriormente, por meio da Resolução nº 557, de 15 de outubro de 2002, a ANEEL autorizou a transferência da referida autorização para a SME.

Com a edição da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, que em seu art. 8º incluiu o § 5º no art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, ficou estabelecida a necessidade de segregação das atividades atinentes às pessoas jurídicas concessionárias, permissionárias e autorizadas de distribuição e de geração de energia elétrica. Dessa forma, e em atendimento ao Ofício Circular nº 1.213/2004-SFF/ANEEL, de 20 de julho de 2004, a ELFSM realizou uma operação de cisão parcial transferindo os investimentos na SME para a SMP.

Em 18 de janeiro de 2007 a SME e a Cemig Geração e Transmissão S.A. firmaram parceria para constituição da Hidrelétrica Cachoeirão S.A., com o objetivo de viabilizar a execução do empreendimento.

Adicionalmente, por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 908, de 8 de maio de 2007, a autorização para implantar e explorar a PCH Cachoeirão foi transferida da SME para a Hidrelétrica Cachoeirão S.A.

#### 2. Entidades controladas em conjunto

Controladas	Nota	País	Participação acionária	
			31/12/2024	31/12/2023
<b>Participação Direta</b>				
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	8	Brasil	51%	51%

A SME é controladora da Hidrelétrica Cachoeirão S.A. em conjunto com a Cemig Geração e Transmissão S.A., detendo 51% da participação acionária.

A Companhia detém o controle em conjunto na entidade acima pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes do acordo para todas as atividades relevantes.

Tais acordos, conforme contrato, conferem a Companhia e às partes dos acordos direitos aos ativos líquidos das entidades. Por essa razão, são classificados como “*joint venture*”.

### 3. Base de preparação

#### 3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de março de 2025.

#### 3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas contábeis.

#### 3.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

Os resultados reais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

### **3.4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)**

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida em contrapartida do resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Companhia concluiu que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

## **4. Informações materiais das políticas contábeis**

As informações materiais das políticas contábeis adotadas pela Companhia se encontram descritas em detalhes nas notas explicativas próprias e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### **4.1 Controladas em conjunto**

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (“*joint operations*”) ou empreendimentos controlados em conjunto (“*joint ventures*”) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

A Companhia não possui operações em conjunto.

Os investimentos em *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da SME nos lucros ou prejuízos de “*joint ventures*” é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da SME. Quando a participação da SME nas perdas de uma “*joint venture*” for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a SME não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto.

### 4.2 Adoção das IFRSs novas e revisadas

#### 4.2.1 IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo IASB que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	As alterações à IAS 1 (janeiro de 2020) impactam apenas a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial, sem alterar valores ou reconhecimento de ativos, passivos, receitas ou despesas. A classificação se baseia nos direitos existentes na data do balanço, independentemente de expectativas sobre o exercício desses direitos, e considera o cumprimento de cláusulas restritivas nessa data. A definição de "liquidação" foi introduzida, referindo-se à transferência de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com "Covenants"	As alterações determinam que apenas "covenants" exigidos até o final do período de relatório afetam o direito de uma entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos 12 meses após essa data, mesmo que o cumprimento seja avaliado posteriormente. Direitos de postergação não são afetados por "covenants" a serem cumpridos após o período de relatório, mas, se forem exigidos dentro dos 12 meses seguintes, a entidade deve divulgar informações para que usuários entendam o risco de liquidação antecipada. Essas informações incluem detalhes dos "covenants", valores contábeis dos passivos relacionados e possíveis dificuldades de cumprimento.
Alterações a IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações à IAS 7 e à IFRS 7 exigem que as entidades divulguem informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores, permitindo que os usuários avaliem os efeitos desses acordos sobre passivos e fluxos de caixa. As entidades devem informar: (i) termos e condições dos acordos, (ii) valores contábeis dos passivos relacionados, (iii) valores pagos aos fornecedores, (iv) faixas de vencimento dos passivos financeiros e contas a pagar, e (v) informações sobre risco de liquidez.
Alterações à IFRS 16 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	As alterações ao IFRS 16 estabelecem novas exigências para a mensuração subsequente de transações de "sale and leaseback" alinhadas ao CPC 47 (IFRS 15). O vendedor-arrendatário deve determinar os "pagamentos de arrendamento" de modo que não reconheça ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido após a data de início. Isso evita o reconhecimento de ganho devido à remensuração do passivo de arrendamento. As alterações incluem novos exemplos ilustrativos sobre a mensuração do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento, e esclarecem que o passivo em uma transação de "sale and leaseback" qualificada como venda é um passivo de arrendamento.

### 4.2.2 IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Norma	Descrição
Alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações à IAS 21 definem como avaliar se uma moeda é conversível por outra e como determinar a taxa de câmbio quando não for. A moeda é considerada conversível quando a entidade pode obter outra moeda dentro de um prazo razoável e por meio de um mecanismo de mercado. Se a conversibilidade for limitada, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista para refletir as condições econômicas vigentes. A entidade pode usar taxas de câmbio observáveis ou outras técnicas de estimativa. As alterações também exigem divulgação de como a conversibilidade afeta o desempenho financeiro da entidade. Além disso, um novo apêndice foi adicionado à IAS 21 com orientações e exemplos ilustrativos. Essas mudanças são aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025, com adoção antecipada permitida, mas não podem ser aplicadas retrospectivamente.
IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 substitui a IAS 1, mantendo muitas de suas exigências e adicionando novas. Algumas exigências da IAS 1 foram transferidas para a IAS 8, IFRS 7 e outras normas. A IFRS 18 introduz novas obrigações, como a apresentação de categorias e subtotaís específicos na demonstração do resultado, divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) e melhorias na agregação e desagregação de informações. A IFRS 18 deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. As alterações nas outras normas entram em vigor quando a IFRS 18 for adotada e devem ser aplicadas retrospectivamente com disposições de transição.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	A IFRS 19 permite que subsidiárias elegíveis forneçam divulgações reduzidas em suas demonstrações financeiras, desde que não tenham responsabilidade pública e que sua controladora final ou intermediária prepare demonstrações financeiras consolidadas conforme as IFRS. A norma é opcional para essas subsidiárias e exige que elas atendam a critérios específicos, como não ter instrumentos negociados publicamente e não atuar em áreas de responsabilidade pública, como bancos e seguradoras. A IFRS 19 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. Se adotada antecipadamente, a entidade deve seguir exigências de divulgação modificadas.

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. São registrados inicialmente pelo custo das transações originárias, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros contratuais auferidos até a data do balanço.

O saldo em 31 de dezembro de 2024 está assim representado:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Caixa e depósitos bancários à vista	113	46
Aplicações financeiras de curto prazo	7.886	15.998
<b>Total</b>	<b>7.999</b>	<b>16.044</b>

As aplicações estão distribuídas em várias Instituições Financeiras em fundos de renda fixa e CDI, com rentabilidade variando entre 98% e 103% do CDI. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 16.

As aplicações financeiras são contratadas substancialmente com instituições financeiras de primeira linha, ao preço e condições de mercado.

### 6. Tributos

#### 6.1 Tributos Correntes

Conforme requerido pelo CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando são compensáveis pela mesma autoridade tributária e quando é permitido, pela legislação tributária, que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação. A composição e movimentação dos ativos tributários compensáveis e passivos tributários a recolher em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstradas a seguir:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Ativos compensáveis</b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	83	173
<b>Total</b>	<b>83</b>	<b>173</b>
<b>Passivos a recolher</b>		
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	5	6
Programa de integração social - PIS	1	1
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	3	3
Instituto nacional de seguridade social - INSS	4	6
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	1	2
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>18</b>

## Resultados de 2024

Movimentação	Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualizações Monetárias	Pagamentos	Compensações / Restituições	Transferências	Saldo em 31/12/2024
<b>Ativos compensáveis</b>							
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	173	-	13	-	(186)	83	83
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	220	-	-	-	(220)	-
<b>Total</b>	<b>173</b>	<b>220</b>	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>(186)</b>	<b>(137)</b>	<b>83</b>
<b>Passivos a recolher</b>							
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	235	-	(98)	-	(137)	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	6	93	-	(94)	-	-	5
Programa de integração social - PIS	1	8	-	(8)	-	-	1
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	3	48	-	(48)	-	-	3
Instituto nacional de seguridade social - INSS	6	43	-	(45)	-	-	4
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	2	9	-	(10)	-	-	1
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	1	-	(1)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>437</b>	<b>-</b>	<b>(304)</b>	<b>-</b>	<b>(137)</b>	<b>14</b>

## Resultados de 2024

### 7. Dividendos a receber

Refere-se ao reconhecimento do direito aos dividendos mínimos obrigatórios registrados na controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Resultado líquido do exercício	10.854	23.106
Dividendos propostos (25%)	2.714	5.777
<b>Participação (51%)</b>	<b>1.384</b>	<b>2.946</b>

A movimentação dos dividendos recebidos da Hidrelétrica Cachoeirão S.A. no período está demonstrada a seguir:

<b>Movimentação</b>	<b>Dividendos propostos</b>	<b>Saldo</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.025</b>	<b>4.025</b>
(+) Crédito de dividendos complementares	12.076	16.101
(-) Recebimento de dividendos	(16.101)	-
(+) Crédito de dividendos propostos	2.946	2.946
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.946</b>	<b>2.946</b>
(+) Crédito de dividendos complementares	4.590	7.536
(-) Recebimento de dividendos	(7.536)	-
(+) Crédito de dividendos propostos	1.384	1.384
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.384</b>	<b>1.384</b>

### 8. Investimentos

São avaliados pelo método da equivalência patrimonial os investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, nos quais a Administração tenha influência significativa. A Companhia também mantém participações em outras sociedades avaliadas pelo custo de aquisição.

<b>Composição</b>	<b>Ref.</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Investimentos em Controladas em Conjunto</b>			
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	8.1	45.342	45.780
		<b>45.342</b>	<b>45.780</b>
<b>Outros investimentos</b>			
Demais participações		133	6
		<b>133</b>	<b>6</b>
<b>Total</b>		<b>45.475</b>	<b>45.786</b>

#### 8.1 Hidrelétrica Cachoeirão

A Hidrelétrica Cachoeirão S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída na modalidade de SPE – Sociedade de Propósito Específico, formada pelas empresas Santa Maria Energética S.A. e pela Cemig Geração e Transmissão S.A.

Fundada em 18 de janeiro de 2007, a Hidrelétrica Cachoeirão S.A. atua no ramo de geração de energia elétrica, tendo sido autorizada a implantar e explorar o empreendimento denominado PCH Cachoeirão, na condição de produtor independente de energia elétrica, por meio da Resolução

## Resultados de 2024

Autorizativa nº 908, expedida em 8 de maio de 2007 pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, pelo prazo de 30 (trinta) anos.

A PCH Cachoeirão possui capacidade instalada de 27 MW, contando com três unidades geradoras, tendo recebido as seguintes autorizações para operação comercial:

- Unidade 01, Despacho ANEEL nº 4.830, de 30 de dezembro de 2008;
- Unidade 02, Despacho ANEEL nº 559, de 11 de fevereiro de 2009; e
- Unidade 03, Despacho ANEEL nº 714, de 27 de fevereiro de 2009.

A seguir apresentamos a composição do resultado da equivalência patrimonial deste investimento em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Patrimônio líquido	88.906	89.765
Resultado líquido do exercício	10.854	23.106
<b>Participação (51%)</b>	<b>45.342</b>	<b>45.780</b>
<b>Equivalência Patrimonial sobre o resultado do exercício</b>	<b>5.536</b>	<b>11.784</b>

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

<b>Movimentação</b>	<b>Participação Acionária</b>	<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>Crédito de Dividendos</b>	<b>Saldo em 31/12/2024</b>
<b>Investimentos em Controladas em Conjunto</b>					
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	51%	45.780	5.536	(5.974)	45.342

Informações financeiras resumidas da Controlada:

<b>Informações financeiras</b>	<b>Hidrelétrica Cachoeirão S.A.</b>	
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Ações detidas pela Companhia (Mil)	17.850	17.850
% de participação da Companhia	51%	51%
Ativos circulantes	10.577	11.272
Ativos não circulantes	83.939	86.025
Passivos circulantes	5.610	6.877
Passivos não circulantes	-	655
Patrimônio líquido	88.906	89.765
Receita operacional líquida	36.906	37.615
Lucro líquido do exercício	10.854	23.106

### 9. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, calculada pelo método linear e representa uma base razoável de vida útil dos respectivos bens.

A composição do imobilizado é apresentada como segue:

<b>Composição</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Valor líquido Em 31/12/2024</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2023</b>
<b>Imobilizado em Serviço</b>				
Terrenos	196	-	196	196
Móveis e utensílios	1	(1)	-	-
Máquinas e Equipamentos	3	(3)	-	-
Subtotal	200	(4)	196	196
<b>Imobilizado em curso (a)</b>				
Desenvolvimento de Projetos	2.561	-	2.561	2.539
Subtotal	2.561	-	2.561	2.539
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>2.761</b>	<b>(4)</b>	<b>2.757</b>	<b>2.735</b>

(a) **Imobilizado em curso:** Refere-se, essencialmente, a estudos e projetos decorrentes da cessão de direitos do projeto básico desenvolvido pela Empresa Luz e Força Santa Maria S.A., identificado como CGH KM 47 (antiga PCH Cachoeira do Inferno), não integralizado na forma de investimento. Com investimento previsto em R\$ 42,8 milhões, o empreendimento terá potência total instalada de 4,85 MW, com estudos indicando energia assegurada de 3,27 MW<sub>Médios</sub>, fator de capacidade de 67,5%, e energia anual gerada de 28.645 MWh. A CGH KM 47, localizada no Braço Sul do Rio São Mateus, em São Mateus/ES, contará com duas turbinas tipo KAPLAN-S, queda bruta de 20,80m, com barragem de seção típica de homogênea de terra, comprimento total de crista 222m, adução em conduto fechado, com vazão máxima turbinada de 39,4 m<sup>3</sup>/s.

Os saldos do imobilizado apresentaram a seguinte movimentação:

<b>Movimentação</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2024</b>
<b>Imobilizado em serviço</b>			
Terrenos	196	-	196
Subtotal	196	-	196
<b>Imobilizado em curso</b>			
Desenvolvimento de Projetos	2.539	22	2.561
Subtotal	2.539	22	2.561
<b>Total do imobilizado</b>	<b>2.735</b>	<b>22</b>	<b>2.757</b>

## Resultados de 2024

### 10. Obrigações sociais e trabalhistas

Composição	Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023
Folha de pagamento líquida	4	9
Férias a pagar (incluindo encargos sociais)	12	28
Previdência privada	1	1
Tributos retidos	-	2
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>40</b>

### 11. Patrimônio líquido

#### 11.1 Capital Social

O capital social da Companhia está representado por ações nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Espécie/Classe	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	19.653.159	19.653	19.653.159	19.653
Valor patrimonial por ação (R\$)		2,86		3,28

#### 11.2 Reservas de lucro

Composição	31/12/2024	31/12/2023
Reserva legal (a)	3.931	3.931
Reserva de retenção de lucros (b)	27.922	40.922
Lucro do exercício a deliberar (c)	4.622	-
<b>Total</b>	<b>36.475</b>	<b>44.853</b>

- (a) **Reserva legal:** considerando que o limite de 20% do capital social da Companhia foi atingido, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, não foi constituída reserva legal em 2024 e 2023.
- (b) **Reserva de retenção de lucros:** constituída para viabilizar os programas de investimentos da Companhia, cuja destinação é submetida e aprovada nas assembleias gerais ordinárias.
- (c) **Lucro do exercício a deliberar:** de acordo com a ICPC 08 (R1), este valor representa a parcela do lucro líquido do exercício que excede o dividendo mínimo obrigatório, calculado conforme as disposições do Estatuto Social da Companhia. A Administração propõe a distribuição desse montante remanescente aos acionistas como dividendo complementar, no valor de R\$ 4.622, conforme estabelecido em proposta que será encaminhada, juntamente com estas demonstrações financeiras, para aprovação da Assembleia de Acionistas.

#### 11.3 Dividendo propostos

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme a Lei das Sociedades por Ações, observando as disposições do Estatuto Social da Companhia. Com base no resultado do exercício, foram propostos os seguintes dividendos:

Composição	Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	6.163	12.498
<b>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</b>	<b>1.541</b>	<b>3.125</b>

## Resultados de 2024

A movimentação e respectivo saldo da conta de dividendos propostos no exercício 2024 é apresentada a seguir:

<b>Movimentação</b>	<b>Dividendos propostos</b>	<b>Saldo</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>3.125</b>	<b>3.125</b>
(+) Crédito de dividendos complementares	13.000	16.125
(-) Pagamento de dividendos (a)	(16.125)	-
(+) Crédito de dividendos mínimos obrigatórios	1.541	1.541
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.541</b>	<b>1.541</b>

(a) **Pagamento de dividendos:** os dividendos foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 22 de abril de 2024 e pagos dentro do exercício.

### 12. Outras receitas operacionais

<b>Composição</b>	<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>Lucros Integralizados</b>	<b>Saldo em 31/12/2024</b>
<b>Lucros e Dividendos</b>			
Sicoob Leste Capixaba (a)	-	120	120

(a) **Sicoob Leste Capixaba:** Lucros integralizados na conta capital pelo Sicoob Leste Capixaba em 09 de maio de 2024.

### 13. Despesas operacionais

<b>Composição</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Pessoal	182	319
Materiais	24	29
Serviços de terceiros	24	28
Gastos diversos	61	50
<b>Total</b>	<b>291</b>	<b>426</b>

### 14. Resultado financeiro

<b>Composição</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>1.182</b>	<b>1.666</b>
Rendimentos de aplicações financeiras	1.159	1.651
Variações monetárias	14	9
Outras receitas financeiras	9	6
<b>(-) Impostos incidentes sobre as receitas financeiras</b>	<b>(56)</b>	<b>(78)</b>
PIS	(8)	(11)
COFINS	(48)	(67)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>1.126</b>	<b>1.588</b>

### 15. Impostos

#### 15.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro real, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. São reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### 15.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante do imposto corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado do imposto a ser pago ou recebido que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A composição do imposto de renda e contribuição social, apurados com base no lucro real, é apresentada como segue:

<b>Composição</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	6.491	12.946
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(2.207)	(4.402)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(68)	(77)
Resultado de equivalência patrimonial	1.882	4.007
Lucros e Dividendos	41	-
Outras	24	24
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>	<b>(328)</b>	<b>(448)</b>
<b>Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL</b>	<b>5,05%</b>	<b>3,46%</b>

### 16. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros.

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

### 16.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor justo é mensurado com base em premissas que incluem abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. As informações aplicadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia do valor justo, como segue:

- (a) Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- (c) Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos e passivos financeiros são classificados e mensurados, considerando suas respectivas características, como: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) valor justo por meio do resultado (VJR).

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

	Nível	Valor contábil		Valor justo	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>		<b>7.999</b>	<b>16.044</b>	<b>7.999</b>	<b>16.044</b>
<b>Custo Amortizado</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	2	7.999	16.044	7.999	16.044
<b>Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)</b>		<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores	2	2	1	2	1

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são fundamentadas na semelhança significativa desses instrumentos com aqueles que seriam negociados no mercado.

### 16.2 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é uma ferramenta fundamental no âmbito das práticas de Governança Corporativa, estando perfeitamente alinhado ao processo de planejamento dos objetivos estratégicos da Companhia. Esse enfoque proativo permite identificar, avaliar e responder de forma eficiente a eventos ou situações que possam representar ameaças para as estratégias planejadas do negócio.

Os riscos, que são esses eventos ou situações indesejáveis, podem emergir de várias fontes, tais como incertezas econômicas, mudanças regulatórias, desastres naturais e falhas tecnológicas, entre outras. O objetivo do gerenciamento de riscos é reduzir a probabilidade de ocorrência desses eventos e, caso ocorram, minimizar seu impacto sobre o negócio.

Para garantir a estabilidade da liquidez e rentabilidade da Companhia, são monitorados todos os riscos que possam comprometer seu desempenho. Nesse contexto, são recomendadas estratégias de proteção, como o uso de hedge, para mitigar os riscos associados a fatores como câmbio, juros e inflação, sempre em conformidade com as estratégias definidas.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

#### 16.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a variações monetárias e taxas de juros.

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou em outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras referentes a empréstimos, financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Para mitigar esse risco, a empresa adota uma abordagem proativa, realizando monitoramento constante das taxas de juros de mercado. O objetivo é avaliar a eventual necessidade de contratar proteção contra a volatilidade dessas taxas, visando reduzir a exposição a mudanças abruptas e imprevistas nos custos de financiamento ou nos retornos de aplicações financeiras.

Além disso, a Companhia implementou uma análise de sensibilidade para mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a esses riscos. A análise busca estimar o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress, mantendo outras variáveis constantes.

No cenário provável, foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras, incorporando variações nos indicadores: CDI/Selic de 15,00% conforme previsto na mediana das expectativas de mercado para 2025 do Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 24 de janeiro de 2025. Por sua vez, os cenários II e III, consideram uma degradação de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco primário do instrumento financeiro em comparação ao nível empregado no cenário provável. Essa análise é conduzida como resposta a eventos extraordinários que possam impactar o cenário econômico.

A tabela a seguir demonstra o efeito decorrente da variação das taxas de juros que poderá ser reconhecido no resultado da Companhia no exercício seguinte caso ocorra um dos cenários apresentados:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Taxa no exercício</u>	<u>Saldo Exposição</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário (II)</u>	<u>Cenário (III)</u>
<b>Ativos financeiros</b>						
Aplicações financeiras	Queda do CDI/Selic	15,00%	7.886	1.183	(296)	(591)

### 16.2.2 Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito.

Adicionalmente, todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que possuem características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI e não realiza aplicações financeiras em ativos de renda variável ou que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

### 16.2.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não conseguir cumprir seus compromissos nos respectivos vencimentos. Para mitigar esse risco, a gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente medidas que incluem o alongamento dos prazos dos empréstimos e financiamentos, a desconcentração dos vencimentos e a diversificação de instrumentos financeiros.

O monitoramento contínuo do fluxo de caixa permite identificar eventuais necessidades de captação de recursos com antecedência suficiente para estruturação e escolha das melhores fontes. No caso de haver sobras de caixa, a Companhia realiza aplicações financeiras com o objetivo de preservar sua liquidez.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo, classificadas como caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 7.886 (R\$ 15.998 em 2023).

## 17. Eventos Subsequentes

### 17.1 Requerimento de licença ambiental projeto CGH KM 47

Em 30 de janeiro de 2025, a SME apresentou à Secretaria de Meio Ambiente do Município de São Mateus/ES o pedido de licença prévia (Processo nº 2335/2025) para execução do empreendimento (projeto CGH KM 47), com base na Resolução CONSEMA nº 01, de 21 de março de 2022.

### 17.2 Reorganização societária da Controladora

Em 10 de fevereiro de 2025 foi expedido o Despacho nº 371, pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, dando anuência prévia ao pedido para a realização da transferência do controle societário direto da Hidrelétrica Cachoeirão S.A., atualmente detido pela Companhia, para a sua holding controladora Santa Maria Participações S.A.. O Despacho prevê o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para a implementação da operação, que deverá ser comunicada à ANEEL no prazo de até 30 (trinta) dias após a sua conclusão. A transferência está sendo realizada para reorganização societária da Santa Maria Participações S.A. visando otimizar a sua gestão com a concentração de participações societárias em uma única holding sem nenhum impacto sobre as operações da controlada.

**17.3 Aumento de capital social mediante aproveitamento do saldo de reservas de lucro**

Por meio de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de fevereiro de 2025, foi aprovado, por unanimidade, o aumento do capital social da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 29.846, sendo R\$ 25.916 por meio da capitalização de parte do saldo da conta Reserva de Retenção de Lucros e R\$ 3.930 pela capitalização do saldo total da conta Reserva Legal, elevando o capital social de R\$ 19.653 para R\$ 49.500.

\* \* \*

---

**DIRETORIA**

---

**Arthur Arpini Coutinho**  
Diretor-Presidente

**Angelo Arpini Coutinho**  
Diretor

**Angelo André Bosi**  
Diretor

---

**DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

---

**Carlos Alberto Lima**  
Contador - CRC: ES/009263/O-2

## **CARTA DE APROVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO**

### **Declaração sobre a aprovação das demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes**

Os diretores e o contador da Companhia declaram que as demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos da legislação vigente e que:

- Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e
- Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Mazars Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Colatina, 18 de março de 2025.

---

#### **DIRETORIA**

---

**Arthur Arpini Coutinho**  
Diretor-Presidente

**Angelo Arpini Coutinho**  
Diretor

**Angelo André Bosi**  
Diretor

---

#### **DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

---

**Carlos Alberto Lima**  
Contador - CRC: ES/009263/O-2

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da  
Santa Maria Energética S.A.  
Colatina - ES

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Maria Energética S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2025

Mazars Auditores Independentes  
CRC nº 2SP023701/O-8

Rodrigo de A. Albuquerque  
CRC CE019775/O-9 T-RJ